

## **A TRANSPARÊNCIA NA COMUNICAÇÃO PÚBLICA: os órgãos de comunicação social angolanos e o processo de democratização do país.**

Eulária Salonguenda Chinduva  
Luís Miguel Dias Caetano

### **RESUMO**

A pesquisa sobre transparência na comunicação pública desempenha um papel crucial na avaliação do estado da democracia em um país. A comunicação pública tem aplicações variadas, abrangendo áreas como comunicação organizacional, científica, governamental e da sociedade civil. No entanto, compreender a interação entre governo, mídia e sociedade civil é essencial para avaliar o estado da democracia. Este estudo se concentra na análise da democracia em Angola, examinando a transparência nos meios de comunicação social e seu papel no processo de democratização. Além disso, identifica práticas de transparência em países democráticos. Em termos metodológicos, recorreu-se a uma abordagem qualitativa e exploratória, o estudo se baseia em fontes bibliográficas e exemplos para descrever o processo e construir hipóteses. Os resultados destacam a necessidade de ações para melhorar a transparência nos órgãos de comunicação social, incluindo a independência da mídia em relação ao poder executivo, visto que a influência deste último prejudica a liberdade de imprensa e obscurece a realidade social do país. Conclui-se que a transparência nos meios de comunicação em Angola é uma questão que requer discussão, pois, devido à falta de liberdade de expressão, censura e corrupção, sua contribuição para a construção da democracia ainda é limitada.

**Palavras chaves:** Comunicação pública, Transparência, Democracia, Imprensa

### **ABSTRACT**

The research on transparency in public communication plays a crucial role in assessing the state of democracy in a country. Public communication has various applications, spanning areas such as organizational, scientific, governmental, and civil society communication. However, understanding the interaction between government, media, and civil society is essential for evaluating the state of democracy. This study focuses on the analysis of democracy in Angola, examining transparency in the media and its role in the democratization process. Additionally, it identifies transparency practices in democratic countries. Methodologically, a qualitative and exploratory approach was employed, and the study is based on bibliographical sources and examples to describe the process and build hypotheses. The results highlight the need for actions to improve transparency in media outlets, including media independence from the executive power, as the influence of the latter hampers press freedom and obscures the social reality of the country. It is concluded that transparency in the media in Angola is an issue that requires discussion because, due to the lack of freedom of expression, censorship, and corruption, its contribution to the construction of democracy is still limited.

**Keywords:** Public communication, Transparency, Democracy, Press.

---

1- Discente de graduação em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção CE, email: [eulariachinduva22@gmail.com](mailto:eulariachinduva22@gmail.com)

2- Orientador. Doutor em Educação - Tecnologia Educativa pela Universidade dos Açores – Uaç e Docente no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- Unilab, Redenção-CE, e mail: [migueldias@unilab.edu.br](mailto:migueldias@unilab.edu.br)

## INTRODUÇÃO

Tendo em vista a importância da transparência na comunicação entre governo, cidadão e a imprensa. O presente trabalho objetiva concentrar-se na análise da democracia em Angola, examinando a transparência nos meios de comunicação social e seu papel no processo de democratização e como objetivos específicos analisar a importância da transparência na comunicação pública, bem como identificar e descrever algumas práticas de transparências em países democráticos. Para que a interação funcione sem ruídos é fundamental que os atores saibam se comunicar pois a comunicação é o elo que liga as pessoas e organizações e serve como base para as relações interpessoais. “O jornalismo é conflito, e quando não há conflito no jornalismo, um alarme deve soar de que adiantam equipes de repórteres de fino trato se o dono da rede de televisão põe a emissora a serviço de seu candidato a presidente da República, distorcendo os fatos” Bucci (2000).

Nos anos 1980, a expressão comunicação pública era usada para qualificar ações estatais, em oposição ao setor privado. Atualmente, a expressão, embora ainda em consolidação, pode ser caracterizado de cinco maneiras: “praticada na esfera pública; realizada pelo Terceiro Setor; realizada por meio da radiodifusão pública; praticada pelo setor público e privado e realizada pelo próprio Governo” (Duarte & Veras, 2006: 25 Apud Rothberg, 2013). Neste texto analisaremos a comunicação pública praticada por meio da radiodifusão pública que envolve rádio, televisão e outros veículos de mídia cuja a principal missão é o serviço público. Utilizaremos o termo órgãos de comunicação social para nos referir aos órgãos de comunicação de massas nas áreas da imprensa periódica, rádio, e televisão. A transparência na comunicação pública é um tema pouco discutido em muitas sociedades, mesmo aquelas em que os media possuem maior dimensão em termos de história, desenvolvimento, evolução e contribuição para o crescimento do país. A comunicação social é considerada o 4º poder e em muitas sociedades até mesmo as que se dizem democráticas o 4º poder e a população em geral não conseguem fiscalizar as ações do governo deste modo, essa pesquisa foca a análise na democracia no estado angolano a partir da atividade desenvolvida pelos meios de comunicação social, explorando aspectos da transparência nos órgãos de comunicação social e o processo de democratização para deste modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade angolana.

Diante das intempéries sociais que a sociedade angolana enfrenta em todas as esferas como pobreza extrema, falta de saneamento básico, saúde precária, desemprego, Desigualdade social, permanece em evidência a importância da liberdade de imprensa e de

expressão que são princípios inegociáveis de uma sociedade democrática, a transparência na comunicação se apresenta como principal responsável pela mediação e avaliação das atividades governamentais a nível social garantindo deste modo uma escolha mais assertiva dos profissionais que lideram as grandes esferas da sociedade em consonância com os objetivos de crescimento econômico e social, gerando menores conflitos, insatisfação social, promovendo a alavancagem do desenvolvimento social angolano.

Considerando a realidade atual do país este tema é pertinente devido à sua contribuição no despertar da sociedade e no desenvolvimento das relações públicas e humanas da sociedade angolana, utilizamos a transparência na comunicação pública e todas suas técnicas como uma peça chave. Portanto, buscou-se reunir dados/informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual é o estado da democracia em Angola a partir da atividade desenvolvida pelos meios de comunicação social e como a transparência nos órgãos sociais contribui para democracia.

A literatura científica especializada tem reconhecido os desafios e as oportunidades que uma comunicação pública transparente traz para a democracia uma vez que se impõe cada vez mais exigências aos agentes públicos e aos profissionais de comunicação, em particular na área de relações públicas, Rothberg (2013). Portanto, é imprescindível que haja a formulação de estratégias, posicionamento e instrumentos para o compartilhamento de informações sobre a formulação e a execução de políticas públicas, de forma a servir à criação de uma cultura de transparência e accountability em que os cidadãos e as organizações privadas se tornam co responsáveis por fiscalizar e monitorar a busca de resultados efetivos de transformação social. Para Rothberg (2013), a comunicação pública enfrenta desafios devido à falta de interesse dos cidadãos pela informação pública. O autor relaciona isso à escassez de incentivos para a participação dos cidadãos nos assuntos políticos e à complexidade da linguagem do mundo político-administrativo, que muitas vezes não é acessível ao público em geral. Essas barreiras dificultam a disseminação eficaz da comunicação pública para as massas. Com base na compreensão de que a comunicação pública enfrenta desafios decorrentes do desinteresse dos cidadãos pela informação pública, urge analisar as barreiras à participação cidadã nos assuntos políticos por meio da democracia participativa.

A democracia participativa existe quando se aplica um modelo político que facilita aos cidadãos sua capacidade de associar-se e organizar-se de tal modo que possam exercer influência direta nas decisões públicas, ou quando se facilita à cidadania amplos mecanismos plebiscitários Dias (2010). Isso porque à medida que o cidadão passa a conhecer e a se

identificar com as políticas adotadas existe a possibilidade de ter maior interesse nos assuntos políticos e sociais do país. Um dos passos a ser realizado para alcançar o objetivo geral da pesquisa é identificar e descrever algumas práticas de transparências em países democráticos para que a partir daí pudéssemos compreender o processo de democratização de Angola a partir da transparência na comunicação pública nos órgãos de comunicação social angolanos.

A elaboração deste artigo se justifica por um interesse pessoal e influenciada pela professora Doutora Eliana da Conceição Barbosa que convidou-me a participar do seu projeto de pesquisa sobre comunicação e democracia em Angola, o interesse dela pela situação do meu país e o projeto em si fizeram-me entender que eu estava a participar realmente de um exercício académico exigente e que apesar da distância por um lado, tinha a oportunidade de contribuir de alguma forma com a minha pesquisa para o melhoramento da realidade social angolana senti-me mais seduzida com a possibilidade de descrever um tema, analisá-lo sob o ponto de vista crítico, subsumi-lo à bibliografia conexas e contribuir para a abordagem científica. Fora a relevância atual do tema, dada a situação crítica a nível político, económico, saúde e educação que o país enfrenta, foi pertinente o desenvolvimento deste tema pois a comunicação pública é a peça chave nas relações públicas e humanas.

O artigo estrutura-se em três capítulos, apresentando-se no primeiro a abordagem sobre a comunicação pública envolvendo origem, conceitos e mencionando a importância para a democracia. O segundo capítulo caracteriza a transparência na comunicação social com uma reflexão sobre a sua contribuição para a promoção da prestação de contas envolvendo o exame de algumas práticas de transparência em países democráticos, com base nos dados do ano de 2022 através do Índice de Percepção da Corrupção (IPC) que é o ranking global de corrupção mais utilizado no mundo. Para essa análise foram selecionados países dos cinco continentes escolhendo países que ocupam a primeira posição no ranking do seu continente a análise buscou analisar as seguintes manifestações de corrupção no setor público: suborno; desvio de recursos públicos; funcionários que usam seus cargos públicos para ganhos privados sem enfrentar consequências; capacidade dos governos de conter a corrupção no setor público; burocracia excessiva no setor público que pode aumentar as oportunidades de corrupção; nomeações nepotistas na função pública; leis que garantem que os funcionários públicos devem divulgar suas finanças e potenciais conflitos de interesse; proteção legal para pessoas que denunciam casos de suborno e corrupção; acesso à informação sobre assuntos públicos/atividades governamental.

O terceiro capítulo caracteriza a delimitação do nosso tema, com um breve diagnóstico da democracia e transparência na comunicação do objeto de estudo, envolvendo sua

identificação, breve histórico sobre o acesso à informação a evolução da imprensa em Angola e uma breve avaliação da atuação dos órgãos de comunicação social público e privado com o objetivo de responder o problema apresentado acima.

## **COMUNICAÇÃO PÚBLICA**

Originária do latim *communicare*. comunicação significa troca de ideias, partilha de conhecimento e informação ou seja a comunicação existe quando há uma interação entre duas pessoas ou mais, e ela pode ser feita por meio de cartas, telefone, presencial, virtual e até mesmo por sinais, está presente em livros, músicas, dança, cinema, arte. A comunicação pública também tem múltiplos significados pois abarca uma grande variedade de saberes e atividades como conhecimentos e técnicas na área da comunicação organizacional, na comunicação científica, comunicação governamental e estratégias de comunicação da sociedade civil organizada. Compreendermos que a diversificação do conceito é de fato importante dada a multiplicidade das esferas da sociedade em que vivemos Brandão (2009).

Como nos assegura Medeiros (2021), pode-se dizer que com a democratização dos países a comunicação pública ganhou relevância na área acadêmica e social porque serve como instrumento que auxilia na comunicação entre governo e cidadão e vice versa. Entretanto vai muito mais além do Estado e seus órgãos institucionais, administrativos, e inclui toda comunicação que busca alcançar uma pessoa na sua perspectiva de cidadão. A comunicação pública diz respeito a dar acesso, agir com transparência, dar informação. Significa também incentivar e estimular a participação social nos assuntos de interesse público é responsabilidade do Estado estabelecer esse fluxo de comunicação com seus cidadãos, estimulando assim o despertar do espírito cívico. É fundamental que a comunicação pública seja conduzida numa direção que estimule a participação política, social e econômica da sociedade nas políticas implementadas.

Conforme Bucci (2022), nem toda comunicação que vá a público em qualquer plataforma, em qualquer gênero, pode ser considerada comunicação pública porque segundo o autor se assim fosse teríamos de dizer que certos trechos de novela de televisão e toda campanha que envolva alguma bandeira social, ou promova os direitos das crianças é comunicação pública. Embora não discordando de que existem elementos de caráter público e de interesse público nas mais diversas formas de comunicação e mídias, o autor deixa claro que a comunicação pública precisa ter uma razão metodológica, limites conceituais, e se compor de ações informativas, consultas de opinião e práticas de interlocução em qualquer âmbito, postas em marchas por meio do emprego de recursos públicos para o autor a comunicação pública só pode ser assim reconhecida quando se dá mediante processos

decisórios transparentes e inclusivos, abertos à participação, críticas e apelações da sociedade civil. Portanto, na perspectiva sugerida pelo autor, envolve recursos públicos sejam eles pessoas, equipamentos ou dinheiro e deve sempre se pautar por processos decisórios públicos a fim de promover o bem comum sem incorrer na promoção pessoal, na promoção partidária, religiosa ou econômica de qualquer pessoa, grupo, família, empresa, igreja, associação privada ou partido político.

Pode-se dizer que a comunicação pública é um conjunto de processos cujo compromisso é promover uma gestão aberta, que utiliza canais qualificados e recursos que permitam a viabilização da comunicação com foco no interesse público. Neste contexto, fica claro que a comunicação pública abre espaço para a atuação de uma sociedade com postura crítica e responsável. Contudo, conforme mencionado pelo autor, a ética é um dos fatores preponderantes para que a comunicação atinja aquilo que o autor denomina como “patamar ideal” (Bucci, 2022, p. 30).

Em tese, não se pode falar sobre comunicação pública sem considerar a teoria de Harold Lasswell escrita em 1948 sobre os processos comunicativos: quem diz o quê, em que canal, para quem, com que efeito? Caso contrário, estaríamos nos desvinculando da síntese que dos autores (Lasswell, 1948; Bucci, 2022) nos trazem, a teoria de Lasswell define o setor público como órgão emissor da comunicação de massas, conforme referência anterior. Essa definição possibilita a redução das disfunções na estrutura social. Bucci (2022) nos lembra que os canais de televisão comerciais, os canais de rádios privados, são concessões públicas e são outorgados pelo poder público para empresas privadas realizarem o que a constituição chama de serviço público. Portanto, para que seja considerada comunicação pública deve atender duas exigências indispensáveis: informar aos cidadãos os seus direitos e deveres para que eles consigam exercer seus papéis de forma ordeira primando pela transparência da informação.

O público, o Estado e a gestão do interesse público precisam se pautar pelo apartidarismo. A mesma coisa ocorre com igrejas e com grupos econômicos. Se nós não tivermos clareza em separar uma coisa da outra, não saberemos separar a comunicação pública da comunicação não-pública, e não teremos clareza para estabelecer políticas públicas para esse campo. Ao mesmo tempo, não poderemos ter parâmetros de aferição de qualidade, assim como não teremos parâmetros para fundamentar políticas de fomento do setor, envolvendo a destinação de recursos públicos. Só existe sentido em falarmos em comunicação pública quando ela promove o atendimento do público à informação – o que é um direito fundamental – e só tem sentido operar essa lógica quando sabemos dizer o que é comunicação pública e o que não é. (Bucci, 2022, p. 28-29).

Uma comunicação que acaba privilegiando um determinado grupo específico de cidadãos ou organizações compromete a democracia. Conforme verificado, a palavra

comunicação transmite a ideia de troca de informação e público remete-nos a pensar em grupo que tem interesse em comum, opondo-se ao que é privado o termo público presume de algum modo a ideia de partilha, aquilo que é aberto ou acessível a todos. Portanto, a comunicação pública implica a participação e o envolvimento de todos, uma vez que o que é considerado público pode impactar, de forma direta ou indireta, os interesses e a vida de todos os cidadãos. O objetivo primordial da administração pública é atender às necessidades da população, conforme expresso nas constituições dos países democráticos. Portanto, a comunicação deve ser orientada para a satisfação do bem comum. Isso representa um dos desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento.

## **TRANSPARÊNCIA NA COMUNICAÇÃO SOCIAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA DEMOCRACIA**

Transparência no contexto da administração pública, diz respeito à visibilidade e acessibilidade das informações e procedimentos governamentais, possibilitando que os cidadãos compreendam, questionem e participem das decisões tomadas pelas entidades governamentais. Segundo Locke (1994), o poder público é a concessão do povo para com os gestores públicos e estes podem tomar decisões que afetam os cidadãos e suas vidas, portanto, a transparência é fundamental para garantir a confiança dos cidadãos no governo. Quando os cidadãos têm acesso às informações e compreendem os processos decisórios, são capazes de avaliar a eficácia e a justiça das políticas públicas, bem como identificar possíveis práticas corruptas.

Na opinião de Locke (1994), tudo que está na terra pertence em comum a todos os homens para estabelecer o direito de propriedade o homem devia aplicar seu trabalho nisso ou seja, tirar um objeto do seu estado natural misturar a isso seu trabalho, e acrescentar algo que a ele pertence deste modo acaba por torná-lo sua propriedade, excluindo assim o direito comum dos outros homens. O trabalho estabelece uma nítida distinção entre o que agora lhe pertence, e o bem comum, ao acrescentar algo além do que a natureza havia feito, torna-o num direito privado. Neste contexto, fica claro que para o autor todos são iguais, autônomos política e socialmente, porém muitas pessoas não respeitariam à igualdade e à justiça, então para assegurar que a propriedade individual, os bens que cada um possui seja preservada os homens se unem em comunidades sociais e se submetem a governos.

Conforme exposto, os cidadãos delegam sua autoridade decisória para os gestores públicos, entretanto são eles quem detém a titularidade do poder político, contudo essa concessão não é uma abdicação do poder. Caso isso acontecesse os representantes políticos

estariam propensos a atuar não em nome do povo e sim em nome dos seus próprios interesses, por isso os cidadãos devem ter à sua disposição mecanismos institucionais voltados a avaliar a gestão de seus representantes e assim conseguir removê-los do cargo caso eles desviem sua gestão do interesse coletivo. Com isso conseguimos ver uma associação entre a transparência e a democracia pois para que o processo de tomada de decisões de um sistema político seja legítimo ele precisa ser transparente e a mesma é usada para manter sob controle do povo a atuação dos gestores públicos.

Conforme Prado et al (2006), sistemas de informações que armazenam banco de dados, e interligam processos, transações econômicas e serviços têm sido desenvolvidos e implantados por governos, normalmente configurados como portais na internet, permitindo assim o acesso a uma grande quantidade de serviços on-line, dados e informações de interesse público. Os autores deixam claro que todos esses sistemas, ao mesmo tempo em que facilitam a interação entre o governo e os cidadãos, eles contribuem para a promoção da democracia e permite que administração pública exerça a transparência e a accountability em maior escala.

Uma das premissas fundamentais da democracia é que as ações dos governos devem estar visíveis conforme o princípio da publicidade, sendo fundamental que os governantes tornem públicos os seus próprios atos, mas também precisam disponibilizar informações atreladas a sua gestão. Muitos governos usam recursos eletrônicos como a internet para dar disponibilidade e visibilidade às informações governamentais e serviços aos cidadãos, outros ainda como no caso do Brasil criam como a Lei nº 9.755/98, ou Lei de Contas Públicas de 1998 para que entes federativos a União apresentassem relatórios e demonstrativos fiscais, e estes devem ser publicados em meio de amplo acesso público, inclusive na internet.

Pode-se dizer que a prestação de contas (accountability) ela emerge de um desenvolvimento político que confere ao cidadão um papel ativo de sujeito e guardião de seus direitos. Neste contexto, fica claro que esse processo institucionalizado de controle político necessita de regras e cenários pelas nas quais a accountability pode ser exercida com clareza dentro do âmbito legal a fim de tornar mais públicas e legítimas as decisões tomadas. Contudo, para uma maior transparência dos governos, não basta que as informações estejam disponíveis" Prado et al (2006, p. 8). Segundo os autores, as informações devem estar decodificadas em linguagem fácil de entender para o público em geral.

A Accountability é o princípio o que guia os governos democráticos no exercício da prestação de contas à sociedade. para que isso se efetue faz-se necessário que existam mecanismos institucionais que garantam o controle público das ações governamentais e institucionais, permitindo assim que cidadãos não só sejam informados das ações

governamentais, mas também possam participar na definição das metas coletivas da sociedade por meio das eleições e ao longo do mandatos dos seus representantes escolhidos.

O Índice de Percepção de Corrupção visa conhecer a opinião pública mundial face a esse fenômeno que tem forte relação com a falta de transparência dos governos. Visando contribuir para a análise desse fenômeno partilhamos a Tabela 1 onde constam dados relativos a 15 países segundo informações obtidas junto do “The Global Association Agent Corruption”.

Tabela 1- Índice de percepção de corrupção (IPC).

África	Pontuação/classificação	América	Pontuação / classificação	Ásia	Pontuação/classificação	Europa	Pontuação/classificação	Oceania	Pontuação/classificação
Seychelles	70/23	Canadá	74/14	Cingapura	83/5	Dinamarca	90/1	Nova Zelândia	87/2
Botsuana	60/35	Uruguai	74/14	Hong Kong	76/12	Finlândia	87/2	Austrália	75/13
Cabo Verde	60/35	EUA	69/24	Japão	73/18	Noruega	84/4	Papua-Nova Guiné	30/130

Fonte: Transparency international (the global association agent corruption) (2022)

Em relação aos dados apresentados na Tabela 1 utilizamos os dados obtidos no Índice de Percepção da Corrupção (IPC) que é o ranking global de corrupção mais utilizado no mundo. Ele mede o quão corrupto o setor público de cada país é percebido, de acordo com especialistas e empresários. A pontuação de cada país é uma combinação de pelo menos 3 fontes de dados extraídas de 13 pesquisas e avaliações de corrupção diferentes. Essas fontes de dados são coletadas por uma variedade de instituições respeitáveis, incluindo o Banco Mundial e o Fórum Econômico Mundial.

Foram selecionados três países de cada continente que obtiveram uma boa classificação e pontuação elevada. A classificação é feita quanto a posição no ranking que é composto por 180 países. Na tabela 1 a pontuação representada pelo numerador significa o nível percebido de corrupção no setor público em uma escala de 0 a 100, onde 0 significa altamente corrupto e 100 significa muito limpo. A classificação é representada pelo denominador que significa a posição do país em relação aos outros países no índice. As classificações podem mudar apenas se o número de países incluídos no índice mudar. A

classificação não é, portanto, tão importante quanto a pontuação em termos de indicar o nível de corrupção naquele país.

Apesar do mundo ter mais 180 países, nem todos aparecem dentro do IPC porque para que um país ou território seja classificado no Índice, ele deve estar presente em pelo menos 3 das 13 fontes de dados do IPC. A ausência de um país na lista não significa que o país está livre de corrupção, apenas que não há dados suficientes disponíveis para medir com precisão os níveis de corrupção.

As fontes de dados utilizadas para a elaboração da CPI abrangem especificamente as seguintes manifestações de corrupção no setor público: Suborno; desvio de recursos públicos, funcionários que usam seus cargos públicos para ganhos privados sem enfrentar consequências, capacidade dos governos de conter a corrupção no setor público, burocracia excessiva no setor público que pode aumentar as oportunidades de corrupção, nomeações nepotistas na função pública, leis que garantem que os funcionários públicos devem divulgar suas finanças e potenciais conflitos de interesse, proteção legal para pessoas que denunciam casos de suborno e corrupção, captura do Estado por interesses escusos estreitos, acesso à informação sobre assuntos públicos/atividades governamentais IPC (2022).

O foco da accountability é legitimar o governo e proteger os direitos de quem elege e a democracia do país, entretanto precisamos reconhecer que a democracia é um sistema político que tem como objetivo garantir a participação popular na tomada de decisões. No entanto, como qualquer sistema, ela tem suas falhas. A prestação de contas, por exemplo, não é perfeita e pode haver erros. No entanto, isso não deve ser motivo para alarme. É importante aprender com as experiências, tanto as nossas quanto as dos outros, para que possamos nos adaptar racionalmente às mudanças globais e locais, corrigir erros, nos recuperar e progredir.

## **PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA EM PAÍSES DEMOCRÁTICOS**

Evidente, que os países precisam se espelhar em outros no sentido de aprender com aqueles aplicam certos mecanismos que os ajudar a melhorar a sua democracia e transparência, portanto faz-se necessário analisarmos algumas lições ou práticas de transparência que os países que ocupam a posição número 1 por continente no Ranking nos ensinam. <sup>1</sup> O país africano com a melhor posição no ranking é a Seychelles.

O país não apresenta excesso burocracia setor público que pode aumentar as oportunidades de corrupção, As instituições públicas divulgam suas finanças por meio de

---

<sup>1</sup> Site oficial do governo Seychelles  
Banco Central Seychelles

demonstrativos financeiros e relatórios que estão todos disponíveis em amplo acesso para download em pdf de 2005 a 2022, o site tem ouvidorias para pessoas que denunciam casos de suborno e corrupção, tem amplo acesso à informação sobre iniciativas governamentais e informações de interesse dos cidadão como certidão de nascimento, emprego, casamento, aquisição de imóvel etc.

Na América o país com a melhor pontuação é o Canadá de acordo com o livro <sup>2</sup>Boas práticas de transparência e participação cidadã nos poderes legislativos das Américas para tornar as políticas orçamentárias atraente para a maioria da população do Canadá implementou-se um simulador de orçamento para que os cidadãos tivessem uma ferramenta on-line, interativa e pronta para usar, que simplifica dados e informações do sistema fiscal federal canadense ele calcula o imposto de renda pessoa, aumenta ou diminui o imposto de renda pessoal e seus limiares, os usuários e usuárias podem modificar a plataforma para simular diferentes estruturas tributárias e, a aplicação mostra as mudanças no orçamento federal de acordo com essas estruturas. Além disso, é possível criar documentos em PDF com os resultados.

Essa ferramenta criada em 2014 trouxe benefícios até mesmo para os partidos políticos, o aplicativo foi usado pelos partidos políticos como meio para fazer as estimativas de suas plataformas e programas. Além disso, vários partidos políticos utilizaram o aplicativo para examinar se as estimativas de custos em seus programas ver se as propostas eram confiáveis embora tenha sido pensada para os membros do parlamento e seus funcionários, agora, buscam expandi-la para um público mais amplo, permitindo aos cidadãos e cidadãs conheçam e participem mais ativamente dos debates políticos. Além disso, o aplicativo permite ao governo aumentar seus padrões de transparência de maneira efetiva ParlAmericas (2017).

Na Ásia o país com a melhor pontuação no continente é Singapura, o país é visto como um modelo de eficiência tributária. O sistema tributário de Singapura é considerado um dos mais eficientes do mundo, principalmente após a implementação do IVA em abril de 1994 a política fiscal <sup>3</sup> tornaram-se num aliado do contribuinte onde 25% de todo valor arrecadado no orçamento do país são direcionados à promoção do desenvolvimento econômico, o governo tem investido em inovação, digitalização, pesquisa em áreas como saúde, ciências biomédicas, mudanças climáticas, inteligência artificial, e em plataformas digitais, com o objetivo de promover a colaboração internacional em inovação e empreendedorismo. Zalaf

---

<sup>2</sup> Livro Boas práticas de transparência e participação cidadã nos poderes legislativos das Américas

<sup>3</sup> Política fiscal Singapura

(2023) além de promover a transparência e colaboração mútua com o cidadão, principalmente no que tange à prestação de contas de gastos públicos, investimentos e tributação, há redução do tax gap, o tax gap é a diferença entre o total de impostos devidos e os impostos pagos em dia. É uma medida da evasão fiscal e da eficiência da administração tributária.

Singapura também é um exemplo para outros países pois é tida como uma das melhores regiões do mundo para fazer negócios. Com uma alíquota progressiva de imposto que varia de 0% a 22% para residentes e 15% a 22% para não residentes. O sistema tributário é de nível único, de modo que as empresas pagam impostos apenas sobre os lucros e a distribuição de lucros após-impostos (dividendos) aos acionistas é isenta de impostos, os ganhos de capital não são tributados em Singapura.

Embora Singapura seja um país pequeno em termos de território e população, é notório seu bom exemplo para outras nações. Muito embora as divergências culturais, geográficas, políticas e econômicas existentes entre Singapura e outros países ao redor do mundo se mostrem grandes, há um censo de desafio e curiosidade que paira no ar, no sentido de se compreender como a evolução da política fiscal deste país asiático proporcionou seu crescimento e evolução como sociedade.

Na Europa o país com a melhor pontuação é Dinamarca que ocupa também a primeira posição no ranking mundial. Segundo Milhorange (2016), a Dinamarca adotou práticas que fomentam a transparência e os mantém sempre numa posição alta no ranking:

1) Menos regalias para políticos, os políticos não têm mais benefícios do que qualquer cidadão. Segundo o político Peder Udengaard entrevistado pelo BBC BRASIL, o único benefício que recebe é um cartão para táxi, que só pode ser usado quando participa de eventos oficiais. Recebe um salário de 10 mil coroas dinamarquesas (R\$6 mil) Essas regras independem do cargo, pode ser do mais baixo ao mais alto", explica Udengaard. ainda acrescenta que se tivesse filhos, iriam para a escola pública.

2) Pouco espaço para indicar cargos, é natural vermos em alguns países a troca de funcionários sempre que se transita de um governo para outro mas na Dinamarca quando o político é eleito, a equipe que trabalhará com ele é a mesma da gestão anterior. Também quem não reportar um ato ilícito é demitido.

3) Transparência ampla, os sites dos governos da , de todas as instâncias, costumam ser bem munidos de dados sobre gastos de políticos, salários, investimentos por áreas etc. E qualquer cidadão pode requerer informações que não estejam lá;

4) Polícia confiável e preparada, raramente, casos de corrupção envolvem a polícia dinamarquesa, por isso a polícia goza de alto nível de confiança e embora recebam um salário de classe média, eles recebem uma generosa aposentadoria.

5) Baixa impunidade as leis não são tão duras apesar disso mecanismo de punição é bastante rígido a tolerância à ilegalidade na Dinamarca é baixíssima não só com relação às instituições, mas até com indivíduos do convívio que infringem normas das mais simples

6) Ouvidoria forte: A ouvidoria parlamentar que recebe por ano cinco mil reclamações contra o governo e essa instituição tem poder de promover mudanças por meio dessa reclamações e sugestões;

7) Empenho constante contra a corrupção isso acontece desde o século XVII e XIX após uma crise econômica eles instauraram no país tolerância zero na administração real para contornar o problema desde então se mantém no topo.

Por fim, na Oceania temos a Nova Zelândia com a melhor posição em seu continente, é o segundo país mais transparente do mundo no ranking mundial. Eles fazem uso do algoritmo no governo como forma de aplicar a inteligência artificial para fiscalizar e gerenciar diversos aspectos da vida social como transporte, segurança, saúde e justiça. “Decisões importantes sobre as pessoas estão sendo tomadas por algoritmos: contagem de votos, impugnação de votações, concessão de auxílios financeiros, seleção de contribuintes para auditoria, de passageiros para serem fiscalizados e até decisões sobre concessão de crédito” Kroll (2015) Apud Saldanha e Silva (2020) Entretanto percebeu-se que algoritmos de hospitais têm preconceito contra pacientes negros diante desse cenário.

A Nova Zelândia criou uma iniciativa para combater o enviesamento algorítmico e dos próprios servidores públicos: <sup>4</sup> “A carta de algoritmos para Aotearoa Nova Zelândia demonstra um compromisso em garantir que os neozelandeses tenham confiança em como as agências governamentais usam algoritmos. A carta é uma das muitas maneiras pelas quais o governo demonstra transparência e responsabilidade no uso de dados” A Carta, foi assinada por 21 órgãos governamentais, os órgãos públicos neozelandeses utilizam IA para processar e interpretar grandes quantidades de dados. Porém, o país acredita que o preconceito humano é maximizado nos algoritmos, ainda mais nos que não foram projetados e operados corretamente, enviesando a tomada de decisão. Então políticas públicas como essa carta podem ajudar os governos a usarem ferramentas como as IA de maneira mais assertiva quanto ao uso de dados pois algoritmos contêm vieses que podem refletir práticas discriminatórias na

---

<sup>4</sup> Carta para algoritmo Nova Zelândia

sociedade, decorrer de limitações de sistemas de computação ou até mesmo serem usadas como meio de fraudar dados. Para garantir o bem-estar dos cidadãos e o uso consciente dos dados a carta possui um conjunto de regras para as melhores práticas no uso de Inteligência Artificial no setor público.

A nova Zelândia tem se mostrado um grande exemplo para muitos países em diversos setores em 2021 tornaram-se no primeiro país a do mundo a propor lei de transparência ambiental no setor financeiro a proposta de lei que vai obrigar bancos, seguradoras e firmas de investimento a informar as consequências de seus investimentos para a *mudança climática*, O projeto de lei foi apresentado na segunda-feira (12/4/2021) e aprovado, os informes sobre questões climáticas são obrigatórios a partir do corrente ano (2023).

Em síntese esses países que apresentaram um grau de transparência maior em 2022 eles buscam a transparência por meio da adoção de algumas práticas em comum como transparência na gestão pública que inclui a divulgação de informações sobre orçamentos, gastos, contratos, licitações e outras atividades governamentais. Leis de acesso à informação para garantir que os cidadãos tenham o direito de solicitar e receber informações do governo, proteção aos denunciantes a fim de que as pessoas que denunciam irregularidades não sejam punidas ou perseguidas eles também procuram estimular a participação cidadã para que os cidadãos tenham voz nas decisões que afetam suas vidas e transparência organizacional que é o foco principal da nossa análise neste trabalho ela é importante para garantir que os órgãos públicos sejam responsáveis e éticos em todas suas operações. Isso pode incluir a divulgação de informações financeiras, ambientais e sociais, bem como a adoção de práticas sustentáveis e responsáveis.

## **DEMOCRATIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA COMUNICAÇÃO EM ANGOLA**

O acesso à informação em Angola é previsto na constituição da república Artigo 40.º inciso 1 “todos têm o direito de exprimir, divulgar e compartilhar livremente os seus pensamentos, as suas ideias e opiniões, pela palavra, imagem ou qualquer outro meio, bem como o direito e a liberdade de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações”.

Em 48 anos de independência conseguimos ver no país a presença de dois tipos de veículos de comunicação social: os de iniciativa pública e iniciativa privada . Os primeiros veículos de comunicação social em Angola surgiram no XIX e eles foram divididos em três épocas distintas: época colonial com o surgimento do boletim oficial de Angola em 1845 estendendo-se até 24 de Abril de 1974; segundo momento foi a época de transição dos

governos de 25 de Abril de 1974 a 10 de Novembro de 1975; o terceiro momento foi o pós independência de 11 de Novembro de 1975 até os dias atuais. O boletim oficial servia para divulgar notícias de Portugal e das províncias bem como manifestações literárias de portugueses e angolanos, nele divulgavam documentos oficiais, cartas pastorais do bispado de Angola e Congo, crônicas das viagens feitas por todas colônias, prosas, versos, anúncios comerciais, avisos e leilões. Com a industrialização das produções gráficas ficou mais fácil a impressão de livros e jornais então a imprensa periódica tornou-se o meio principal de descontentamento a nível econômico, social em Angola servia como meio para pressionar o governo colonial Guide, (2007).

Outros elementos da comunicação social foram surgindo como emissoras de rádios, agências de notícias, informação via internet e canais de tv aberta como a televisão pública pública de Angola (TPA) que inicialmente era apenas uma agora tem TPA1, TPA2, E TPA internacional além destes outros canais de TV como TV Zimbo, TV Palanca, ZAP VIVA, BANDA TV, VIDA TV, BEKUDURO (canais privados) que atuam na produção, agregação e difusão de conteúdos através da distribuição por satélite (Pay TV), existem outros distribuidores de conteúdos por satélite como a DSTV, UAU, e TV Cabo num modelo de subscrição pago (Pay TV) foram surgindo ao longo desses processos.

A primeira emissão radiofônica aconteceu no dia 28 de Fevereiro de 1936 a partir da província de Benguela operava em ondas curtas com potência máxima de 50 watts. Seguindo o modelo europeu, em Angola desenvolveu-se o rádio clubismo a partir da fundação da rádio clube de Angola em 5 de Fevereiro de 1938 em Luanda, pessoas comuns interessadas em ouvir compravam o aparelho receptor para ouvir a voz dos radialistas e as músicas que tocavam na rádio e a principal fonte de receita dessas rádios eram as publicidades comerciais (Guide, 2007).

Segundo (Guide, 2007) as agências de notícias em Angola surgiram nos anos 60, durante o governo de transição foi criada a Angop a agência nacional de notícias. Segundo Matumona apud Guide a "Angop exercia o monopólio das notícias e era vista como uma agência oficial do governo de muito pouco uso e de duvidosa utilidade ". Angop transmite matérias em português, inglês, francês e espanhol sob diversas áreas como, política, economia, institucional, desporto, África, internacional, especiais, educação, saúde, turismo, transportes, ambiente, agricultura, tecnologia, tudo sobre Angola e tempo em Angola. Os usuários têm acesso a base de dados da agência onde podem fazer buscas e ainda podem entrar em contato direto com a agência por meio de um formulário disponível no site. Alguns eventos marcaram bem a difusão e divulgação das notícias em Angola foram:

- I. Período colonial 1482 a 1975 surgiu o boletim oficial em 1845 estendendo-se até 24 de Abril de 1974
- II. Transição dos governos de 25 de Abril de 1974 onde se deu as primeiras tentativas de criação da tv em solo angolano, pouco menos de um mês antes da proclamação da independência de Angola, em 18 de outubro de 1975 a TPA iniciava suas primeiras emissões regulares
- III. A guerra civil 1975 com interlúdios até 4 de abril de 2002

A imprensa é a vista da nação por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alveja, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça, Barbosa, (2019) O papel fundamental da imprensa nas sociedades democráticas é ser a vista da nação dizia o autor que sem a vista mal se vive, para o autor uma sociedade democrática é regida por regras de convivência e informações fidedignas aos cidadãos serão essenciais.

Com base em Candumba (2015) a década de 90 foi fundamental para a comunicação social em Angola . Durante um breve período, os meios de comunicação social ganharam um novo olhar sobre a sociedade e os cidadãos conseguiram ter a liberdade de escolher o material informativo a consumir, com isso, a imagem do jornalismo angolano evoluiu. Entretanto, com a paz o partido no poder MPLA, assumiu, o controle da televisão, utilizando-a como uma ferramenta para a consolidar seu poder, por meio da divulgação de imagens sobre iniciativas do governo e para a criação de estereótipos sobre a outra parte envolvida no conflito pós independência, qualificando-a como inimigo do povo. O partido que está no poder desde 1975 não assumiu só o controle da TPA, tem um controle quase que absoluto sobre os meios de comunicação do país, ainda que indiretamente, até mesmo alguns que anteriormente eram iniciativa privada o governo se apossou deles justificando por inconformidades legais. O governo tem suspenso e tomado posse de canais e emissoras de tv privadas e não só.

A TV Zimbo foi primeiro e o maior canal privado angolano atua na produção, agregação e difusão de conteúdos em sinal aberto (free-to-air) entretanto, em 2020 o canal passou às mãos do executivo angolano <sup>5</sup>, ZAP VIVA que era um canal privado também é o maior operador por satélite em Angola existe desde 2010 criado pela Isabel dos Santos entretanto em Abril de 2021 o canal foi suspenso <sup>6</sup> do ar devido às "inconformidades" alegadas pelo Ministério das Telecomunicações.

---

<sup>5</sup> Tv Zimbo passa para as mãos do governo angolano

<sup>6</sup> Canal Zap fecha as portas

Em Janeiro de 2022 o canal <sup>7</sup> também passou para as mãos do Estado angolano. No Período em que a Zap foi fechada outros canais como Vida TV pôs fim às suas atividades em julho de 2021, deixando no desemprego mais de 300 profissionais. Em 21 de abril de 2021, o governo angolano suspende também a record Tv África, a Zap Viva, medida justificada com "inconformidades legais", deixando também suspensos os registros provisórios dos jornais, revistas, páginas web de notícias e estações de rádios sem atividade efetiva nos anos 2020 e 2022, cuja lista nunca foi divulgada. Dois anos antes dessas aquisições e suspensões, o MPLA, partido no poder em Angola, acusou a TV Zimbo de "instigação à desobediência".

O Serviço de Investigação Criminal (SIC) também processou o jornal "Crime" por ter publicado em uma das suas edições que a execução de um alegado delinquente, a de junho daquele ano, tenha sido uma espécie de "queima de arquivo". Ou seja, teria informações sobre um suposto desvio de milhões de kwanzas por parte do SIC. Em abril de 2018, o diretor do jornal "Liberdade" foi ouvido pela Procuradoria-Geral da República (PGR), num processo que envolvia Bornito de Sousa, o então vice-presidente da República naquele ano. Em causa estava uma entrevista publicada pelo semanário que acusava o então ministro da Administração do Território (MAT) do desvio de milhões de kwanzas destinados às autoridades tradicionais. Não é a primeira vez em que se observa a intimidação de vozes contrárias ao governo.

Jornalistas no exercício da sua profissão e cidadãos comuns são ameaçados com processos e até mesmo colocados na prisão sempre que denunciam uma atividade de corrupção ou reclamam das péssimas condições de vida casos como a dos jornalistas <sup>8</sup> acusados de injúria e ultraje a órgão de soberania pelo antigo procurador-geral da República João Maria de Sousa coloca a Liberdade de imprensa em questão em Angola.

Nas sociedades democráticas os meios de comunicação apresentam-se como necessários para a projeção, produção e proliferação das informações e de entretenimento. Entretanto os órgãos de comunicação social angolanos são tutelados pela Entidade reguladora da Comunicação Social Angolana (ERCA)<sup>9</sup> e pelo MINTTCS <sup>10</sup> que é o departamento ministerial auxiliar do titular do poder executivo ou seja o presidente da República, tem por missão propor a formulação, a condução, a execução e controlo da política nos domínios das telecomunicações, das tecnologias de informação, dos serviços postais, da

---

<sup>7</sup> PGR entrega a Zap ao Estado Angolano

<sup>8</sup> Angola: "Liberdade de imprensa está em julgamento" – 19/03/2018

<sup>9</sup> A ERCA tem a missão de assegurar o livre exercício do direito à informação e à liberdade de imprensa, bem como o direito de acesso às fontes de informação.

<sup>10</sup> MINTTCS - departamento ministerial auxiliar do titular do poder executivo

meteorologia e geofísica, da comunicação social, da publicidade, orientada para a conexão interna e externa do País. No quadro 2 abaixo enumeramos alguns dos principais órgãos de comunicação social tutelados pelo executivo angolano.

## 2. MINTTCS - Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social

Órgãos Tutelados	Principais atividades	Responsável
Agência Angola Press - ANGOP	É uma empresa pública de notícias do país e tem como objectivo recolher, tratar e distribuir, em regime exclusivo, tanto em Angola, como no exterior, notícias com base numa informação objectiva sobre a actualidade nacional e internacional.	José Salusuva Isaiás
Centro de Formação de Jornalistas - CEFOJOR	O CEFOJOR é um instituto público, dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e pedagógica. Sob tutela do Ministério da Comunicação Social. Tem como atribuições gerais contribuir para a formação contínua e o aperfeiçoamento dos profissionais do ramo da Comunicação Social, a investigação científica e a assessoria técnica	Ikuma José Bamba
Televisão Pública de Angola - TPA	TPA é uma rede de televisão estatal angolana generalista, dedicada à informação, ficção e entretenimento, parte integrante da televisão pública de Angola e principal emissora de televisão do país. Canais: TPA1, TPA2, TPA internacional.	Francisco José Mendes
Rádio Nacional de Angola - RNA	Assegurar nas várias línguas nacionais em todo território de Angola e junto das comunidades angolanas no exterior, um serviço público de radiodifusão baseado em critérios de pluralidade da informação noticiosa e de programação variada e abrangente correspondente às necessidades e interesses dos diferentes públicos Estações: Canal A, Rádio N'Gola Yetu, Rádio Luanda, Rádio FM Estéreo, Rádio 5, Rádio Cazenga, Rádio Escola e Rádio Viana.	Pedro Afonso Cabral

Fonte: Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de informação e comunicação social (2023)

A constituição da república no seu artigo 40 inciso 2 diz que “o exercício dos direitos e liberdades constantes do número anterior (inciso 1 do mesmo artigo) não pode ser impedido nem limitado por qualquer tipo ou forma de censura”. Se formos a ver na tabela 2 muitos destas instituições que deviam ser independentes, ter autonomia são todos tutelados pelo órgão auxiliar do executivo isso levanta algumas como: será que os órgãos de comunicação social têm a liberdade de atuar sem censura editorial sendo que quem controla, tutela os principais órgãos de comunicação social como TPA, RNA, ANGOP e até mesmo o instituto público nacional que forma os jornalistas (CEFOJOR) é um órgão associado diretamente ao presidente da república?

A função principal dos meios de comunicação social é informar e formar a sociedade com responsabilidade social a comunicação pública transparente tem um papel fundamental para a discussão de ideias e dos problemas sociais, em Angola esse pressuposto parece cada vez mais difícil se refletirmos sobre o poder e o influencia que o executivo e o partido a quem ele pertence exerce sobre os médias em Angola.

De acordo com Cangombe apud Candumba (2015) um dos motivos para que a comunicação social em Angola não contribua como se espera na construção da democracia participativa é porque “os órgãos pelos quais os jornalistas fazem exercício da profissão estão todos manietados na medida em que depende do secretariado de informação do partido no poder que tratam os órgãos de comunicação como propriedade individual.”

De acordo com o sociólogo Henrique Adão Manuel Apud Candumba (2015) o estado da comunicação pública em Angola, “não serve o interesse público no seu modo geral, na medida em que se contextualiza que a comunicação social é praticada pelos elementos que estão no poder” devido a represálias existem omissões e manipulações isso acaba atrapalhando a transparência da comunicação pública e o processo democrático a comunicação pública precisa ser independente e a mais inclusiva possível, tanto dos meios públicos e privados e a influência que Estado/Executivo tem sobre esses órgãos tem sido um risco para o desenvolvimento da comunicação social e para democracia em Angola.

## **METODOLOGIA**

De acordo com Mendes (2017) pode-se dizer que pesquisa é a busca de verdades e conhecimentos, novos ou não, feitos através de um método adequado e de técnicas apropriadas. É um procedimento investigativo e metodológico em que se propõe a busca de conhecimentos específicos, respostas ou soluções.

Toda pesquisa deve nascer de um problema, para o qual se busca encontrar uma solução, uma resposta ou um entendimento melhor sobre determinado objeto. Para isso, é preciso aplicar procedimentos metodológicos com a intenção de ampliar conhecimentos, investigar causas, modificar saberes, questionar a natureza das coisas ou dos fenômenos, causas e efeitos Mendes (2017). A metodologia do presente trabalho consiste na realização de análise bibliográfica, documental, coleta e categorização de dados retirados de sites do ministério das telecomunicações, tecnologias de informação e comunicação social angolano, ERCA (Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana), sites, canais tv e emissoras de rádios, utilizou-se também fontes e textos relacionados sobre o tema já pesquisados por outros autores.

A pesquisa aplicada é dedicada à geração de conhecimento para solução de problemas específicos, a busca da verdade para determinada aplicação prática em situação particular. Nascimento (2016). Devido aos fins práticos do desenvolvimento dessa análise foi utilizado como natureza da pesquisa aplicada.

Para melhor exploração desta pesquisa, observou-se que ela é classificada como pesquisa qualitativa descritiva e exploratória. Isso devido ao fato do uso de fontes bibliográficas e descritivas para ser possível descrever todo o processo. de acordo com Gil (1991) apud Nascimento (2016) pesquisas exploratórias objetivam facilitar familiaridade do pesquisador com o problema objeto da pesquisa, para permitir a construção de hipóteses ou tornar a questão mais clara onde foram empregadas:

- levantamentos/estudos bibliográficos;
- análise de exemplos que auxiliem a compreensão do problema.

Para desenvolvimento do trabalho, empregou-se uma pesquisa bibliográfica, com consulta às bases do Google Acadêmico e SciELO, bem como outras fontes de literatura acadêmica como, livros, alguns livros e teses. Além disso, foram consultados documentos e sites oficiais do governo e de órgãos de comunicação. A revisão bibliográfica abarcou um período compreendido entre 2006 e 2023. Os autores e trabalhos foram selecionados com base na frequência de citações e relevância. Para embasar teoricamente o estudo, foram utilizadas palavras-chave como transparência, comunicação pública, imprensa e órgãos de comunicação social.

Como instrumento para coleta de dados para este trabalho, utilizou-se documentos, sites oficiais do governo e de emissoras de rádio, tv e outros sites relevantes, tese e artigos. Tendo como base os livros de maior relevância sobre o assunto, a fim de se obter uma melhor apreciação do conteúdo apresentado no trabalho.

De início, foi realizado esboço com perspectivas quanto à pesquisa, estabelecendo-se neste momento os tópicos pelo recorte espacial; recorte temporal. Ficando definido o que seria abordado em cada capítulo, e quais assuntos e leis seriam analisadas, servindo de critério a esta escolha a abordagem quanto a transparência na comunicação pública. Ao concluir o esboço e estabelecido os tópicos e feitos todos os recortes deu-se início ao processo de análise dos sites e documentos coletados. Primeiramente, realizou-se o tratamento e a organização dos dados, seguido da categorização em tabelas para a análise dos dados, adotou-se o método de análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas voltadas para a descrição do conteúdo das mensagens coletadas. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo permite

inferir conhecimentos sobre as condições de produção/recepção das mensagens tratando assim as informações coletadas a partir de um roteiro específico, inicia-se com pró-análise, na qual se escolhe os documentos, se formula hipóteses e objetivos para a pesquisa, na exploração do material se aplica técnicas específicas segundo os objetivos e no tratamento dos resultados e interpretações.

A pesquisa bibliográfica inicial identificou cerca de 1500 artigos relacionados com o tema, como mostra a tabela 3.

Tabela 3. Seleção e exclusão de artigos

Buscas	N. publicações	Total excluído	Fator Inclusão	Fator exclusão	Principais sites
1- Comunicação pública	273	255	Encaixe espacial	Espaço e tempo	<a href="http://www.transparency.org">www.transparency.org</a> <a href="http://www.minttics.gov.ao">www.minttics.gov.ao</a>
2- Transparência	389	322	Encaixe temporal	Tempo e espaço	<a href="http://www.mof.gov.sg">www.mof.gov.sg</a>
3- Democracia	488	448	Encaixe com os objetivos	Encaixe com os objetivos	<a href="http://www.mof.gov.sg">www.mof.gov.sg</a>
4- Imprensa	350	325	Adequação com a delimitação	Adequação com a delimitação	<a href="http://www.erca.co.ao">www.erca.co.ao</a> <a href="http://www.tpa.ao">www.tpa.ao</a>
Total	1500	1350			

Fonte: Elaboração própria (2023)

No entanto a delimitação do tema foca na transparência na comunicação voltada para os órgãos de comunicação social angolano reduzindo muito a margem de pesquisa. Por conta disso, só artigos e livros com nossas palavras-chave foram selecionados, reduzindo para 150 artigos como mostram a tabela 4.

Tabela 4. Busca nas bases de dados:

Busca	Base	Palavra chave	Principais sites	Total após exclusão
01	Google Acadêmico	Comunicação pública	<a href="http://www.dw.com">www.dw.com</a> <a href="http://www.sapo.pt">www.sapo.pt</a> <a href="http://www.bbc.com">www.bbc.com</a>	18
02	Capes	Transparência	<a href="http://www.fdichina.com">www.fdichina.com</a> <a href="http://www.egov.sc">www.egov.sc</a>	67
03	Scielo	Democracia	<a href="http://www.angop.ao">www.angop.ao</a>	40
04		Imprensa	<a href="http://umsoplaneta.globo.com">umsoplaneta.globo.com</a>	25

Total				150
-------	--	--	--	-----

Fonte: Elaboração própria (2023)

Com base nos dados foi realizado uma análise exploratória relacionado com a transparência na comunicação pública para que com uso de fontes bibliográficas e descritivas seja possível descrever todo o processo deste modo facilitar familiaridade do pesquisador com o problema, objeto da pesquisa, para permitir a construção de hipóteses ou tornar a questão mais clara.

De forma geral o objetivo da pesquisa foi analisar a importância da transparência na comunicação pública, como a transparência na comunicação pública contribui para a democracia, quais as medidas foram tomadas por países que apresentam um grau de transparência maior e o nível de corrupção menor e o papel dos órgãos de comunicação social no processo de democratização em Angola analisou-se as dificuldades que esses órgãos enfrentam e seu contributo na comunicação pública em Angola.

## **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

O presente trabalho objetivou concentrar sua análise na democracia Angolana, examinando a transparência nos meios de comunicação social e seu papel no processo de democratização e como objetivos específicos analisar a importância da transparência na comunicação pública, bem como identificar e descrever algumas práticas de transparências em países democráticos para então poder discutir como minimizar as dificuldades enfrentadas por países que apresentam um certo grau de corrupção maior com base nas experiências dos países que apresentam um grau de transparência maior.

A suposição feita a partir do problema foi que não há possibilidade de exercício pleno da democracia se os cidadãos não estão informados corretamente a respeito das grandes questões nacionais e das diferentes propostas de solução para elas (BARBOSA, 2019). O autor deixa claro sobre a necessidade de uma imprensa livre, atuante e honesta para que as pessoas possam formar sua própria opinião a respeito das questões sociais e as propostas sobre elas.

Pode-se observar que umas das maiores dificuldades que os órgãos de comunicação social angolanos enfrentam é a censura. A programação das informações jornalísticas nos meios de comunicação social em Angola apresenta-se em dois grupos: Primeiro temos os meios de comunicação tutelados pelo MINTTICS como o Jornal de Angola, TPA, Angop, Jornal dos Desportos, Jornal de Economia, Rádio Nacional de Angola, Radio Luanda, Rádio 5, Rádio Ngola Xietu, as 85 Rádios Regionais do Dondo, Lobito, Soyo entre outras, a

programação apresentadas nestes meios de comunicação segue uma linha editorial própria do Governo, ou seja, do partido que está no poder, o MPLA. Em segundo lugar, temos o um novo grupo de media onde estão inseridos o jornal ‘O País’, o Semanário Económico, a Rádio Mais, a TV Zimbo, estes seguem o perfil e critério dos meios de comunicação social do Estado que faz uma produção de notícias que não atropela a filosofia do partido no poder, porque grande parte dos proprietários destes meios de comunicação são alguns generais das Forças Armadas Angolanas (FAA) e as forças armadas servem ao governo.

Vale destacar, por exemplo, que o medo de represália e a insegurança quanto à integridade física é um fator relevante destacado por aqueles que não realizam uma programação que se assenta nas normas de produção das informações dentro dos ditames dos dirigentes do partido do MPLA . Esse é um desafio comum dentro da nossa comunicação pública pois linha editorial dos meios de comunicação deve seguir uma plataforma do governo, desde as informações, o tempo de antena e espaço nos jornais tudo é manipulado, principalmente aos assuntos de política e os que envolvem situações de governantes que violam alguns princípios nas suas gestões, nomeadamente, violações, desvios de verbas públicas e aquisição de património de forma ilegal.

De acordo com Sacala (2015) a comunicação pública feita por órgãos de comunicação privado procura firmar-se com muita dificuldade, tenta entrar e dar alguns passos, mas sem sucesso, porque encontra limitações e dificuldades na sua ação, enquanto a comunicação pública estatal que é feita pela imprensa pública nacional continua excessivamente partidária, atuando nos moldes de partido único. conforme explicado acima o autor deixa claro às informações veiculadas nesses meios de comunicação demonstram uma falta de profissionalismo e uma violação das leis que estão na Constituição da República de Angola e a falta de responsabilidade social para com os cidadãos.

Uma das funções da imprensa é informar o cidadão com responsabilidade social. A comunicação pública deve ser direcionada, regida de forma a relevar as ações do governo e deve haver espaço para o contraditório com notícias que não sejam favoráveis ao governo e de toda estrutura que gira em torno deste, deve haver espaço para debates e a cobertura dos mesmos. Vale destacar, por exemplo, países em que o grau de transparência é maior como Canadá se preocupam com o impacto que algumas políticas orçamentárias e fiscais teriam na vida diária dos seus cidadãos uma vez que o governo apresenta decisões que afetam a todos, então, caso cidadão não concorda com uma certa medida ou considerar que uma decisão diferente poderia ter sido tomada o governo criou uma medida para que a cidadania revise os fatos apresentados pelo governo com uma interface direta e amigável para usuários, esse

sistema fiscal federal foi simplificado para que qualquer um possa usá-lo. Também permite que cidadãos e cidadãs tenham controle sobre a informação do governo em qualquer momento, quer entre eleições ou nos debates sobre políticas públicas.

Conceição (2015) afirma que “os meios de comunicação angolanos têm assegurado com a responsabilidade o seu dever de informar o público visto que desde a independência e a formação da segunda República em 2002, quando a imprensa privada começou a emergir, ela ajudou a denunciar algumas situações quer de violações dos direitos humanos e de alguns atropelos de direito de verdade" conforme explicado acima apesar das dificuldades enfrentadas e de todas as limitações que encontram no exercício das suas funções podemos notar que a imprensa angolana tem exercido seu papel na consolidação da democracia.

Uma das formas de minimizar as dificuldades enfrentadas por países que apresentam um certo grau de corrupção maior seria, que as instituições públicas promovessem ações visando a transparência dos órgãos de comunicação social. Podemos observar que umas das maiores dificuldades enfrentadas por esses países é viverem sob o regime político presidencialista onde as principais instituições de comunicação pública estão intimamente ligadas ao presidente da República.

Países como Angola, por exemplo, onde as instituições de comunicação social são tutelados e estão intimamente ligadas ao presidente, vemos que existe uma falta de confiança e perda de credibilidade noticiosa perante a população pois muitas vezes a população prefere ainda escutar principalmente notícias vindas de órgãos de comunicação estrangeiras que emitem muitas vezes notícias de cunho e contexto angolano que não passam nos media de Angola. Barbosa (2015) fala que o presidencialismo, senão em teoria, com certeza praticamente, vem a ser, de ordinário, um sistema de governo irresponsável. Pois, inutilizar a imprensa, tirando-lhe a virilidade, emasculando-a alma, jarretá-la, de pés e mãos, para não atacar, nem resistir. conforme explicado acima nesse sistema de governo a imprensa vira uma marionete dos seus administradores onde os órgão da opinião pública esquecem-se da sua missão.

Os resultados obtidos acerca do referencial teórico sobre a importância da comunicação pública na democracia mostram que a comunicação pública tem um papel fundamental nas democracias pois é o instrumento principal que auxilia a comunicação entre governo e a sociedade e vice versa além de estimular a transparência, a prestação de contas e a participação cidadã nos assuntos de interesse público. Referentes aos países que apresentam um grau de transparência maior a pesquisa mostrou que eles procuram desvencilhar a sua governança da burocracia excessiva pois que este é um dos fatores que contribuem para o

aumento das oportunidades de corrupção, por exemplo, nas Seychelles para o cidadão se candidatar a uma casa, um terreno ele pode fazer diretamente do site do governo preenchendo todos os requisitos o cidadão é contemplado, não existe burocracia para conseguir uma casa ou terreno nas Seychelles diferente de Angola por exemplo, que é um dos setores onde há mais corrupção, há excesso de burocracia para o cidadão comum conseguir uma habitação legal e muitos são burlados na compra de terreno, casas e quem denuncia a aquisição ilícita é acusado de injúria, são encarcerados como no caso citados ao longo desta pesquisa dos jornalistas Rafael Marques e Mário Brás que denunciaram a compra ilícita de um terreno de três hectares no Porto Amboim, na província do Cuanza Sul pelo ex-procurador-geral da República de Angola, João Maria de Sousa entretanto, durante o julgamento comprovou-se eles não cometeram nenhum crime e não houve nenhuma proteção contra os denunciantes. Casos desta natureza e outros os principais órgãos de comunicação pública angolanos não noticiam mostrando o estado da democracia angolana.

Em 2022 a TPA e a TV Zimbo decidem comportar-se como partidos políticos anunciando não cobertura de atividades de partidos rivais ao MPLA durante a campanha eleitoral deste mesmo ano após negociações decidiram fazer a cobertura cujo tempo dedicado pelas televisões e rádios angolanas à cobertura da campanha eleitoral, entre 23 e 27 de julho foi: MPLA teve 332 minutos (84,47%); CASA-CE menos de 21 minutos (5,33%); PRS teve 17,6 minutos (4,47%); UNITA contou com 13,5 minutos (3,34%); FNLA teve 5,15 minutos (1,31%); APN teve 4,15 minutos (1,05%). Por este e outros motivos em uma nota de imprensa o movimento cívico mudei declarou que as eleições gerais de 24 de Agosto de 2022 não foram justas nem transparentes e em seu vigésimo motivo disse que “20º A Televisão Pública de Angola divulgou primeiro os resultados. Com base numa sondagem, antes da CNE, e é contra a lei e sem se ter ouvido nenhum posicionamento contra esta prática” MCM (2022).

Esses resultados indicam que compreender o cenário da relação do jornalismo e a política nas sociedades democráticas como no caso de Angola é deveras importante. De acordo com Candumba (2021), 91% dos conteúdos políticos publicados pelos meios de comunicação social tutelados pelo governo são sobre as atividades do Movimento de Libertação de Angola (MPLA), em tempo de campanha ou em atividades normais, o mesmo acontece com a Rádio Despertar que praticamente, tem mais espaço de cobertura para as atividades ligadas ao partido da União Nacional para Independência Total de Angola

(UNITA), pois é tutelado por este partido o autor cita Emanuel Malaquias, diretor da Rádio Despertar, que cedeu uma entrevista em 2014, onde adiantou que tem dado espaços para todos os partidos políticos e que muitas vezes formularam convites para os membros do governo afetos à partido MPLA e nunca aceitaram comparecer nas instalações da Rádio Despertar, no município de Viana, em Luanda. Segundo ele, fez-se o mesmo convite aos outros membros dos partidos da oposição como os da CASA-CE, PRS, FNLA, PDP-ANA e outros sem assento no parlamento também participaram em debates ou discussões sobre os problemas sociais do país.

Diante disto é possível afirmar que mesmo após os três períodos em que a comunicação pública angolana passou notamos uma certa medida de avanços na nossa comunicação pública pois embora é possível afirmar também que a relação entre os medias, a política e a sociedade angolana ainda esteja estagnada pois, estamos em uma sociedade em que o poder judicial é controlado pelo poder político, os principais órgãos de comunicação social são manipulados por estes. embora exista o ERCA (Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana) e o MINTTCS (Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social) e SJA ( Sindicato dos Jornalistas de Angola) não existe uma entidade própria que regule os meios de comunicação em Angola sem interferência do poder partido no poder.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Deu-se como conseguido os objetivos preconizados dado que possível analisar e descrever algumas das práticas de transparência dos países que apresentaram uma boa classificação no ranking em seus continentes de acordo com os dados obtidos no IPC de 2022, conseguiu-se também descrever as principais dificuldades e avanços na comunicação pública em Angola e a contribuição dos órgãos de comunicação social no processo de democratização no país.

O grande desafio cingiu-se na resposta à pergunta de partida que procurou saber o grau de transparência nos órgãos de comunicação social em Angola e como podem contribuir para a transparência da comunicação pública consolidando o processo de democratização do país.

De um modo geral, para se chegar aos resultados apresentados no presente trabalho, foram percorridos caminhos que vale a pena destacar, de modo a contribuir para o melhoramento da compreensão e cientificidade deste mesmo trabalho. Portanto, os dados que serviram de base para a elaboração da investigação implicaram na utilização de documentos, sites oficiais do governo e de emissoras de rádio, tv e outros sites relevantes, tese e artigos.

tendo sido recolhidos num período de Janeiro a Setembro de 2023 para responder às hipóteses levantadas no trabalho, usou-se o método exploratório e as técnicas de análise de estudos bibliográficos e a análise de exemplos que auxiliem a compreensão do problema.

A classe jornalística de Angola demonstraram tem estado a trabalhar demonstrando interesse em informar o cidadão com responsabilidade social, tentam dar alguns passos mas sem muitos sucessos porque encontra limitações e dificuldades na sua ação, umas das maiores dificuldades que os órgãos de comunicação social angolanos enfrentam é a censura, o medo de represália e a insegurança quanto à integridade física, outro fato que vale a pena destacar é que os principais órgãos de comunicação social em Angola são tutelados por um órgão auxiliar do presidente então ocorre com essa discrepância por não existir uma entidade própria da regulação dos meios de comunicação em Angola, pois até mesmo o sindicato dos jornalistas de Angola (SJA) tenta fazer alguma coisa em defesa de um jornalismo mais sério e fora do sistema de castas implementado pelo estado, mas não consegue.

Outra grande dificuldade encontrada é o que o próprio Sindicato é dirigido por funcionários dos meios de comunicação social controlado pelo Estado, e muitos deles não possuem licenciaturas na área de Comunicação Social e Jornalismo, então ainda há escassez de profissionais com ensino superior nas instituições de comunicação por isso por acabam se limitando no trabalho jornalístico feito a partir das instituições. A comunicação pública tem um papel fundamental nas democracias pois é o instrumento principal que auxilia a comunicação entre governo e a sociedade e vice versa além de estimular a prestação de contas e a participação cidadã nos assuntos de interesse público portanto ela deve ser transparente e procurar desvencilhar sua imagem da burocracia excessiva e a falta de profissionalismo.

Ao terminar a revisão da literatura relativamente a transparência na comunicação pública e sua importância para a democracia torna-se imperioso ressaltar que os autores estudados são unânimes em afirmar que este instrumento tem um pendor estratégico como ferramenta de comunicação, apresenta-se como um elemento capaz de gerir conflitos sociais que a falta de transparência poderia causar na democracia e proporcionar um relacionamento salutar entre o governo, imprensa e os cidadãos.

Quanto a promoção da prestação de contas a transparência na comunicação pública consegue criar um ambiente onde todos podem argumentar e através da troca de ideias coletiva, tirarem suas dúvidas e curiosidades sobre a utilização dos recursos públicos. Nisso, países que apresentaram um grau de transparência maior em 2022 nos ensinam que aplicar

mecanismos que aproximam o cidadão das práticas governamentais tornam o governo num aliado dos seus cidadãos.

Para o caso de Angola o relacionamento entre os medias, governo e cidadãos ainda é bastante frágil pois não há abertura para debate, não existe um ambiente enriquecedor e motivador tanto para o exercício da profissão jornalística quanto do direito de questionar do cidadão, vale também salientar que a interferência do governo nos principais órgãos de comunicação social que constituem a imprensa angolana geram uma instabilidade e falta de confiança da população quanto a prática noticiosa no país.

A hipótese foi confirmada pelo fato de que os resultados apontaram a necessidade de uma imprensa livre, atuante e honesta para que as pessoas possam formar sua própria opinião a respeito das questões sociais e as proposta de solução sobre elas independente de onde vem desse modo pode se afirmar que a pesquisa apontou como resposta o impacto a político sobre a transparência na comunicação pública é bastante forte. quanto às limitações foram grande visto que não foi possível fazer entrevistas e pesquisa de campo acreditamos que isto tornaria a nossa pesquisa ainda mais rica visto que o nosso objeto de estudo eram os órgãos de comunicação social angolano e a distância nos limitou o trabalho deixa como recomendação para estudos futuros sobre a importância da separação do quarto poder que é a imprensa com o executivo e estudar a influência do executivo nos órgãos de comunicação tutelados por este e o profissionalismo da atividade jornalística em Angola pois que sindicato permite que ainda existam profissionais que não concluíram os estudos continuarem a exercer a profissão e por último analisar quais ações as instituições públicas promoveriam visando a transparência nos órgãos de comunicação social angolanos.

## REFERÊNCIAS

MENDES, Eber da Cunha, **Métodos e técnicas de pesquisa** – Serra, ES: Centro de Ensino Superior Fabra, 2016.

Barbosa, Ruy, 1849-1923. **A imprensa e o dever da verdade** / Rui Barbosa ; prefácios de Cid Benjamin, Christian Edward Cyril Lynch. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

BUCCI, Eugênio. **O papel da comunicação pública na democracia; In: Comunicação pública e cidadania : conceitos, desafios e enfrentamentos** [Ebook] / organizadores, Magno Medeiros, Tiago Mainieri. - Dados eletrônicos - Goiânia : Cegraf UFG, 2022.

BAPTISTA, Iuri Yudi Furukita. **O Modelo de Lasswell Aplicado à História das Teorias da Comunicação**. Rev. Ens. Educ. Cienc. Human., Londrina, v. 18, n.3, p. 191-196, 2017

**Guia de comunicação pública** / Organização: Armando Medeiros, Lilian Chirnev. – Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021.

LOCKE, John, 1632-1704. **Segundo tratado sobre o governo civil : ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil** / John Locke ; introdução de J.W. Gough ; tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. – Petrópolis, RJ : Vozes, 1994 – (Coleção clássicos do pensamento político)

LUAMBA, Manuel. **Aumenta a pressão contra a imprensa angolana**. Disponível em: [Aumenta pressão contra imprensa angolana – DW – 21/06/2018](#) acesso 24/09/2023

LUSA. **Grupo da TV Zimbo passa para as mãos do Governo angolano**. Disponível em: [Grupo da TV Zimbo passa para as mãos do Governo angolano – DW – 31/07/2020](#) acesso 24/09/2023

LUSA. **Angola: Canal ZAP Viva fecha portas** Disponível em: [Angola: Canal ZAP Viva fecha portas – DW – 12/01/2022](#) acesso 24/09/2023

LUSA. **PGR entrega gestão da ZAP ao Estado angolano** Disponível em: [PGR entrega gestão da ZAP ao Estado angolano – DW – 21/01/2022](#) acesso 24/09/2023

ANGÉLICO, Fabiano. **Lei de Acesso à Informação Pública e seus possíveis desdobramentos para a accountability democrática no Brasil** – Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo- 2012. 133 f.

PRADO, Otávio; GARCIA, Loureiro; MARIA, Rita. **Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras**. Revista Alcance, vol. 13, núm. 3, septiembre-diciembre, 2006, pp. 355-372 Universidade do Vale do Itajaí Biguaçu, Brasil

ERIKSSON, Daniel. **Índice de percepção de corrupção**. disponível em: [Índice de percepção de corrupção 2022 - Explore... - Transparency.org](#) acesso em 19/08/2023 as 15:36

OLSEN, Johan P. **Accountability democrática, ordem política e mudança: explorando processos de accountability em uma era de transformação europeia** / Johan P. Olsen; tradução, Eliane Rio Branco. -- Brasília: Enap, 2018. 327 p

MILHORANCE, Flávia. **Oito lições de combate à corrupção que a Dinamarca pode dar ao Brasil**. Disponível em : [Oito lições de combate à corrupção que a Dinamarca pode dar ao Brasil - BBC News Brasil](#). De Copenhague (Dinamarca) para a BBC Brasil 27 janeiro 2016 Acesso em 20/08/2023 às 15:55

ZALAF, Filipe. **A política fiscal de Singapura como modelo de eficiência tributária** (Transparência e colaboração mútua na redução do tax gap) disponível em: [A política fiscal de Singapura como modelo de eficiência tributária \(jota.info\)](#) Acesso em 29/08/2023 às 21:09

SINGAPURA. Ministério das Finanças. disponível em [MOF - Brasil | Fiscal](#) acesso 04/09/2023

Sistema Tributário de Singapura disponível em: [2023 Sistema Fiscal de Singapura | IDE China \(fidichina.com\)](https://www.fidichina.com) Acesso em 04/09/2023

RELVAS, Rafaela Burd. **O que é que Singapura tem e nós não? Um sistema fiscal que não distorce a concorrência.** Disponível em: [O que é que Singapura tem e nós não? Um sistema fiscal que não distorce a concorrência – ECO \(sapo.pt\)](https://www.sapo.pt) Acesso em 04/09/2023

NÍVEL, Próximo. **Nova Zelândia espera combater o viés de algoritmos com transparência.** Disponível em: [Nova Zelândia espera combater o viés de algoritmos com transparência \(embratel.com.br\)](https://www.embratel.com.br) Acesso 04/09/2023

Por Redação, Um Só Planeta. **Nova Zelândia é o primeiro país a propor lei de transparência ambiental no setor financeiro.** Disponível em: [Nova Zelândia é primeiro país a propor lei de transparência ambiental no setor financeiro | Clima | Um só Planeta \(globo.com\)](https://www.globo.com) acesso em 20/08/2023

Governo das Seychelles Disponível em: [Bem-vindo ao Portal do Governo das Seicheles \(egov.sc\)](https://www.egov.sc) acesso em 20/08/2023 às 14:23

CONTEMPORÂNEO, Pensar. A Nova Zelândia acaba de aprovar uma lei de mudança climática que nenhum outro país se atreveu a enfrentar. Disponível em: [A Nova Zelândia acaba de aprovar uma lei de mudança climática que nenhum outro país se atreveu a enfrentar \(pensarcontemporaneo.com\)](https://www.pensarcontemporaneo.com) Acesso em 04/09/2023

AL JAZEERA. **Em primeiro lugar no mundo, Nova Zelândia estuda lei climática para empresas financeiras.** Disponível em: [Em primeiro lugar no mundo, Nova Zelândia estuda lei climática para empresas financeiras | Notícias da Crise Climática | Al Jazeera](https://www.aljazeera.com) Acesso 04/09/2023

GUIDE, Antônio Marcos de. **TPA o modelo de TV pública de Angola.** São Paulo 2007.